

**AUTOR****Greciely Cristina da Costa** greciely@gmail.com

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri/Unicamp)

COMO CITARCOSTA, Greciely Cristina da. Notas sobre gestos de interpretação: o sem-sentido e o não-sentido em face do distanciamento social. *Calidoscópio*, 19(1): 77-87 <https://doi.org/10.4013/cld.2021.191.06>**FLUXO DA SUBMISSÃO**

Submissão: 09/11/2020

Aprovação: 18/01/2021

DISTRIBUÍDO SOB

Notas sobre gestos de interpretação: o sem-sentido e o não-sentido em face do distanciamento social

*Notes on interpretive gestures: the meaningless and the nonsense in the face of social distance***RESUMO / ABSTRACT**

Na busca por compreender gestos de interpretação produzidos no contexto de pandemia do novo coronavírus (Covid-19), neste artigo, proponho uma leitura discursiva de uma reportagem a respeito da reabertura do comércio de rua em Campinas realizada por um telejornal local como ponto de partida para uma reflexão sobre a relação entre o sem-sentido e o não-sentido, com base na distinção elaborada por Orlandi (1998). Filiada ao dispositivo teórico-analítico da Análise

Palavras-chave:

Gesto de Interpretação; Aglomeração; Análise de Discurso

de Discurso, almejo analisar os processos de significação desencadeados tanto pelo o que é dito na reportagem quanto pelo o que é dito nos comentários da página do telejornal no *facebook* em torno de uma cena urbana remetida à aglomeração. Para isso, investida numa escuta (discursiva) social, é possível observar de que modo o distanciamento, como política sanitária, é invisibilizado pela saturação dos sentidos de aglomeração. Com efeito, ele fica soterrado pelo sem-sentido.

Seeking to understand interpretive gestures produced in the context of the new coronavirus pandemic (covid 19), in this article, I propose a discursive reading of a report about the reopening of street trading in Campinas which was made by a local newscast as a starting point for a reflection on the relationship between the meaningless and the non-sense, based on the distinction elaborated by Orlandi (1998). Affiliated to the theoretical-analytical device of

Keywords:

Interpretive Gestures; Agglomeration; Discourse Analysis

Discourse Analysis, I aim to analyze the meaning processes triggered both by what is said in the report and by what is said in the comments on the news page on *facebook* concerning an urban scene referring to the agglomeration. For this, invested in a social (discursive) listening, it is possible to observe how distance, as a health policy, is made invisible by the saturation of the meanings of agglomeration. In effect, it is trapped by the meaningless.

RUÍNA

Um monge descabelado me disse no caminho: “Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruínas é uma desconstrução. Minha ideia era de fazer alguma coisa ao jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as taperas abrigam. Porque o abandono pode não ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro. (O olho do monge estava perto de ser um canto.) Continuou: digamos a palavra AMOR. A palavra amor está quase vazia. Não tem gente dentro dela. Queria construir uma ruína para salvar a palavra amor. Talvez ela renascesse das ruínas; como um lírio pode nascer de um monturo”. E o monge se calou descabelado.

(Barros, 2010, p. 385).

1. Introdução^[1]

Desde que foi declarada a situação de pandemia do novo coronavírus (Covid-19) pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, muitas discussões têm acontecido em torno da questão do distanciamento. Distanciamento em relação à ciência e à sociedade, sobre distanciamento social como medida de contenção da disseminação do vírus, sobre a impossibilidade de se fazer o distanciamento social (em transportes públicos, em favelas ou outras comunidades com agrupamento de muitas pessoas, em locais de trabalho etc.), e, também, sobre a falta de distanciamento entre o presidente brasileiro, declaradamente contrário às medidas de distanciamento social ampliado, e seus apoiadores. E, ainda, tem se discutido o impacto do distanciamento social na educação, na economia e na saúde mental.

Na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, a Prefeitura Municipal, por meio do Decreto nº 20782^[2], em 21 de março declarou estado de calamidade pública, estabelecendo regime de quarentena no município, sendo suspensas as atividades do comércio. Assim como em quase todo o país, o distanciamento social foi adotado como forma de evitar a propagação da doença, sendo todas as atividades consideradas não essenciais suspensas, depois do Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestar sobre o poder de decisão do governo federal em definir quais

serviços deveriam ser mantidos ou não, assegurando a autonomia dos governos estaduais, distrital e municipal para deliberarem a respeito da adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia, dentre elas, a suspensão de atividades culturais e de ensino, bem como a adesão ao funcionamento restrito e/ou fechamento total do comércio e outros estabelecimentos.

Três meses depois, houve a reabertura gradual do comércio de rua em Campinas. Mas, quinze dias após a reabertura, o comércio foi novamente fechado em razão da alta na ocupação de leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) com pacientes com covid-19. Uma nova reabertura ocorreu 35 dias depois. A reabertura foi tema da mídia jornalística que, de modo geral, deu ênfase à grande quantidade de pessoas em circulação nas ruas e em filas para entrada em lojas e outros comércios.

Neste artigo, proponho uma leitura de uma reportagem a respeito da reabertura do comércio em Campinas realizada por um telejornal local como ponto de partida para uma reflexão sobre a relação entre o sem-sentido e o não-sentido, com base na distinção elaborada por Orlandi (1998), na busca por compreender gestos de interpretação produzidos neste contexto de pandemia, esclarecendo que se trata de uma leitura pontual haja vista que estamos vivendo a pandemia e seus efeitos discursivos ainda estão por se historicizar^[3].

Sendo assim, longe de esgotar a questão, almejo subli-

[1] Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa “Imagens da Cidade: Discurso e Produção do Conhecimento” que coordeno no Labeurb/Unicamp, com financiamento da FAPESP – Processo: 18/26073-8.

[2] Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135456>. Acesso em: 22 de setembro de 2020.

[3] Por isso, é importante mencionar que a escrita deste artigo se dá em setembro de 2020, há seis meses de pandemia no Brasil. Muitos desdobramentos deste acontecimento histórico estão por vir.

nhar processos de significação desencadeados tanto pelo o que é dito na reportagem quanto pelo o que é dito nos comentários da página do telejornal no *facebook* a partir do que é dito na reportagem, visando observar tanto a deriva quanto a direção dos sentidos produzidas por estes gestos de interpretação que marcam o encontro de duas mídias: a televisiva e a digital, sendo que, nesta segunda, compartilhar uma notícia, ou comentar uma postagem são práticas que trazem à tona outro sujeito, outro(s) discurso(s) que afetam a produção de sentidos da primeira. Ou seja, trata-se de uma possibilidade de observar de que modo diferentes discursos irrompem em uma reportagem, ou partir de uma reportagem, antes destinada à monofonia^[4], quando o público a comenta, além de entrever que questões derivam daí já que o discurso social não é homogêneo.

Procedo à análise tomando como lugar de observação:

- o que a reportagem mostra e como mostra discursivamente;
- os gestos de interpretação produzidos por essa reportagem e/ou mobilizados por ela em comentários na página do *facebook* do mesmo telejornal.

Essa reflexão ancora-se na área de pesquisa Saber Urbano e Linguagem filiada ao dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso. A partir deste domínio teórico, no qual se procura analisar as relações de sentido entre sujeitos, saberes e as cidades, por meio da linguagem, a linguagem é concebida, de acordo com Orlandi (2004), como um observatório dos fenômenos urbanos. A linguagem assim ressignificada dá forma e especificidade às pesquisas realizadas neste domínio do conhecimento em um trabalho voltado para a compreensão da cidade em suas formas de (se) significar e assim produzir sentidos, tendo em vista que, tomada como espaço simbólico, a cidade demanda gestos de interpretação ao mesmo tempo em que coloca questões sobre a constituição e os processos de individuação do sujeito citadino bem como sobre a vida em sociedade.

A prática científica instaurada neste domínio de estudos se configura e se especifica, como assinala Orlandi, “na convergência de dois processos de significação: o da espacialização da linguagem na cidade e o da simbolização do espaço urbano” (Orlandi, 2001a, p. 7). A partir desses dois processos se analisa o modo como os sentidos se constituem, se formulam e circulam na cidade em condições específicas de produção correlacionadas às relações de força e poder constitutivos do espaço urbano.

Pautada nesses dois processos de significação e tomando a imagem como lugar de observação, tenho analisado como a cidade se simboliza na imagem e, por outro lado, como a imagem se espacializa e espacializa sentidos na cidade, levan-

do em conta que uma imagem pode flagrar o social, recortar uma região da memória discursiva, ser regida por política e assim fazer circular ou apagar certos sentidos.

Assim tenho analisado as discursividades da cidade pela imagem, observando de que modo produzem efeitos de sentido sobre o urbano, interrogo o que uma imagem pode dizer da cidade, sobre os sujeitos e os acontecimentos, e discuto o modo como a cidade se diz pela imagem considerando sua instância ideológica, histórica, política, material.

Este artigo é também norteado por essa linha de trabalho a fim de pensar a atual conjuntura política marcada pela guerra de informação, cuja palavra desinformação ou a expressão *fake news* já se assentaram na transparência mesmo se constituindo na opacidade, pelo acontecimento histórico da pandemia, que potencializou não só a dita polarização política, a divisão social, a negação da ciência e suas consequências, mas também os movimentos conspiratórios em geral, e na qual tem-se provocado uma série de versões para a história. A discussão sobre a relação entre o sem-sentido e o não-sentido (Orlandi, 1998) se torna decisiva para compreensão dos discursos produzidos nessa conjuntura, nas atuais condições sócio-históricas de produção.

Parto do pressuposto de que em meio às discursividades contemporâneas é premente lidar com a relação do não-sentido e do sem-sentido em face do imaginário que trabalha, com tamanha eficácia, como mecanismo ideológico para fixar evidências: a evidência que recai sobre a significação dos sujeitos e a evidência produzida para estabilizar certos sentidos e não outros e, contrapartida, para expulsar certos sentidos e não outros.

2. Interpretação como gesto

Interpretação é uma palavra comumente associada à leitura, à prática escolar de interpretação de textos, às vezes similarizada com conteudismo que busca responder “o que um texto/autor quis dizer”. Entretanto, na Análise de Discurso, interpretação é descolada desta acepção mais comum. Em seu estudo, Orlandi (1996) situa interpretação como gesto, ato simbólico, que se faz “presente em toda e qualquer manifestação da linguagem” (Orlandi, 1996, p. 9), no processo de produção dos sentidos como “parte do funcionamento ideológico da linguagem” (Orlandi, 1996, p. 52).

A autora mostra que a interpretação é fundamental na relação entre a língua e sua exterioridade, pois, enquanto gesto, a interpretação dá a ver como a abertura do simbólico possibilita a determinação da significação, num jogo de abertura e fechamento dos sentidos, que permite ora a incidência da ilusão de completude do dizer que se estabelece na interpretação de qualquer objeto simbólico, ora a explicitação de que a incompletude é constitutiva da linguagem, é o que torna possível a deriva dos senti-

[4] Orlandi (1989) propõe pensar a monofonia como uma voz social homogeneizante legitimada que, entre o silenciamento e a injunção ao dizer, opera homogeneizando os sentidos, assim trabalhando em sua fixação na sociedade de modo organizado e distribuído.

dos. Desta forma, a interpretação se configura como um mecanismo ideológico determinante pelo qual se analisa o modo como um sujeito dá sentido a um objeto, a um acontecimento, a um espaço, a uma imagem, a si, ao seu lugar e aos outros como se os sentidos fossem evidentes. Ou seja, a maneira pela qual uma evidência é produzida e se instala nos processos de significação.

Orlandi (1996) assim assinala que a “vida é função da significação e de gestos de interpretação cotidianos, ainda que não sentidos como tal” (Orlandi, 1996, p. 10). Essa formulação toca na dimensão simbólica na qual todo dizer está investido, remete tanto à *interpretação, como gesto de atribuição de sentidos*, quanto à *interpretação, como gesto de compreensão de um objeto simbólico*.

Nestas duas vias, atribuição de sentidos e compreensão de um objeto simbólico, “interpretar é sempre uma intervenção do sujeito no mundo: é um ato simbólico, uma prática discursiva” (Pfeiffer, 2018, p. 31). Logo a compreensão dos processos de significação deve se atentar para o fato de que, enquanto sujeitos, estamos sempre atribuindo sentidos, e, enquanto pesquisadores, professores, leitores, autores, comunicadores temos a possibilidade de nos colocarmos na posição de escuta desses gestos.

Na Análise de Discurso, Pêcheux (2011a [1966]) propõe uma “escuta social, munida de instrumentos científicos”, o discurso, a análise da produção de sentidos, considerando, de acordo com Orlandi, que os “sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser” e que, além disso, “jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido” (Orlandi, 1996, p. 9). A prática de escuta, portanto não se dá de maneira linear e direta. Ela acontece ao “se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário dos sentidos” (Pêcheux, 2002 [1983], p. 48), ao acolher muitas vezes aquilo que não se quer “escutar”.

Na convergência de gestos de interpretação produzidos acerca de (e afetados pelas) questões cidadinas atravessadas pelas condições de uma pandemia se pôr na escuta – discursiva – social é uma das formas de buscar compreender a complexidade de nossa atualidade. E para isso é imperativa uma compreensão que considere o não-sentido e o sem-sentido que podem estar, ainda de modo volante e vacilante, na base dos processos discursivos em funcionamento.

3. Sobre o não-sentido e o sem-sentido

Orlandi (1998) propõe a distinção entre o não-sentido e o sem-sentido. Para ela, o “não-sentido, em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que ainda não faz mas pode vir a fazer sentido. O sem-sentido, ao contrário, resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem o sentido ou simplesmente não fazem sentido”. (Orlandi, 2012, p. 167).

O não-sentido habita a memória discursiva, é da ordem do interdiscurso. Portanto, não se confunde com vazio, mas com possibilidade de movência dos sentidos e dos sujeitos.

Na relação com o silêncio, isto porque a linguagem é um movimento contínuo das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras (Orlandi, 1993, p. 70), o não-sentido se põe em silêncio, o que significa que pode irromper no movimento da história.

O sem-sentido também mantém uma relação com o silêncio. Todavia, essa relação é diferente daquela do não-sentido, pois o sem-sentido é aquele que é posto em silêncio. Como deriva de um esgotamento produzido pelo imaginário, o sem-sentido é saturação que no confronto com o não-sentido pode silenciá-lo, um entrave para a produção de sentidos outros, para a identificação dos sujeitos.

Orlandi (2012) exemplifica essa distinção a partir de uma análise em torno dos direitos humanos, mostrando que para “muitos sujeitos de nossa sociedade a palavra “igualdade” não faz nenhum sentido, é uma palavra sem-sentido. Em sua memória discursiva, esse sujeito não foi afetado por este processo de significação [e] os sentidos resultam da experiência de uma memória” (Orlandi, 2012, p. 167, grifos nossos). E autora continua:

Há sujeitos, produzidos pelas relações de segregação do capitalismo, que têm na pele justamente a experiência da desigualdade, da diferença, e isto tão profundamente que, para estes sujeitos, a palavra igualdade é sem-sentido. Por outro lado, há sujeitos tão identificados com suas posições de poder e onipotência, para os quais a palavra “igualdade” também é sem-sentido. (Orlandi, 2012, p. 167).

Partindo dessas considerações, como lidar com (aqueles) gestos de interpretação que beiram o sem-sentido, sobretudo, nesta conjuntura social, histórica e política, na qual não só a ciência, a universidade, as humanidades, mas também a democracia, a pandemia, o distanciamento social estão sendo significados pelo sem-sentido? Ou seja, pelo esgotamento provocado pela saturação dos sentidos que “deriva do efeito imaginário, [aquele] que produz a evidência, a estabilização na relação com o outro”, apagando a possibilidade de outra significação, tendo em vista que o sem-sentido pode silenciar o não-sentido (Orlandi, 1998, p. 65).

Como deslocar, produzir um furo naquilo que está no sem-sentido, a partir de nossas práticas, de entre-meios, levando em conta toda polissemia dessa palavra? Ou como fazer valer o princípio do não-sentido (*non-sens*), ou seja, de que aquilo que não faz pode vir a fazer sentido? Como dar potência ao *non-sens*, não barrá-lo, dar condições dele vir a fazer sentido?

Não há resposta fácil, imediata, muito menos acabada. No entanto, é possível dizer que não estacionando, não naturalizando, ou jogando para fora de nossas análises gestos de interpretação movidos pelo sem-sentido. Ao contrário, é preciso se defrontar com eles, buscando escutá-los. Escutar o que “é dito em um discurso e o que é dito em outro”, escutar “naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de “suas palavras”, isto é, “a presença do não-

-dito no que é dito" (Orlandi, 2001b, p. 60).

Pelo processo de escuta, examinar os processos de significação que vão pondo sentidos e sujeitos à margem ao mesmo tempo que explicitam que há sujeitos e sentidos na falta de uma experiência de memória, ou seja, filiados ao revés a uma região do interdiscurso, uma vez que qualquer dizer resulta de um gesto de interpretação que se filia à memória discursiva, mexe com ela, pode descolá-la ao invés de estabilizá-la.

A respeito da exterioridade, é importante salientar que:

A noção que trabalha a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é a de interdiscurso. O que define o interdiscurso é a sua objetividade material contraditória, objetividade material essa que, como diz M. Pêcheux (1988), reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. É isto que fornece a cada sujeito "a sua 'realidade' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas". Aí se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. Garantia de legibilidade e de interpretação: para que nossas palavras façam um sentido é preciso que (já) signifiquem. Essa impessoalidade do sentido, sua impressão referencial, resulta do efeito de exterioridade: o sentido lá. A objetividade material contraditória. (Orlandi, 1996, p. 39, grifos da autora).

Nesta perspectiva, os sentidos produzidos enquanto efeitos de um discurso são sempre constituídos pela exterioridade, pelo interdiscurso, pela impressão do sentido já-lá.

4. Gesto de interpretação no urbano

Para pensar essas questões e a tensão desses processos, trago para observação uma cena urbana em face dos gestos de interpretação produzidos sobre ela e a partir dela, em condições sociais e históricas de uma pandemia, mais especificamente em torno da simbolização da aglomeração, entendendo *simbolização como confronto da linguagem com o político na história em seu modo de afetar a constituição dos sujeitos e dos sentidos*.

Tomo a cena na relação com os comentários sobre ela como um lugar de observação, pois tenho analisado, no domínio do Saber Urbano e Linguagem, como mencionei acima, a maneira pela qual a cidade se simboliza na imagem e, por outro lado, como a imagem se espacializa e espacializa sentidos na cidade, considerando que uma imagem pode desencadear gestos de interpretação,

tendo em vista sua espessura material e constituição política. Por isso não poderia deixar de tratar desse lugar material de inscrição de sujeitos e sentidos.

Iniciando pela descrição da cena, é importante situar que em 27 de julho o comércio de rua de Campinas foi reaberto pela segunda vez. E um dos telejornais da cidade produziu uma reportagem sobre essa reabertura, que foi ao ar na tevê. Embora não apresente a reportagem na íntegra, pinço alguns dizeres que constituem traços significativos de sua formulação, tais como: "na tentativa de retomada da economia, o comportamento de algumas pessoas não avançou", "pessoas passeando pelo centro da cidade", "pessoas circulando sem máscara", "sem distanciamento necessário", "movimento intenso mesmo depois das lojas fecharem", "aumento da ocupação dos leitos de UTI".

Na relação com o interdiscurso, isto é, com a "memória discursiva, o que torna possível todo o dizer e que retoma, sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra" (Orlandi, 1999, p. 31), essas sequências discursivas permitem entrever a direção dos sentidos a partir então da remissão a um "corpo sócio-histórico e material de traços discursivos [...] exterior e anterior à existência de uma sequência dada [...] que intervém para constituir tal sequência" (Pêcheux, 2011b, p. 145, 146), como é o caso de se ressaltar a retomada da economia, de chamar a atenção para o comportamento das pessoas forçando assim uma relação deste comportamento com o aumento da ocupação dos leitos de UTI, ao passo que se exime a abertura das lojas pelo aumento da circulação e/ou da falta de leitos. O apelo à ideia da economia para se viver no cerne do enunciado "O Brasil não pode parar", e delegar,

Pelo processo de escuta, examinar os processos de significação que vão pondo sentidos e sujeitos à margem ao mesmo tempo que explicitam que há sujeitos e sentidos na falta de uma experiência de memória, ou seja, filiados ao revés a uma região do interdiscurso"

exclusivamente, ao indivíduo a responsabilidade pela sua saúde ou doença e sua transmissão são nacos de um discurso que vem circulando socialmente desde o início da discussão sobre medidas de contenção de transmissão do vírus, mas que remetem a uma anterioridade que está na ordem tanto da prevalência do econômico sobre o social quanto da responsabilização do sujeito por si mesmo, ambos afeitos à racionalidade (neo) liberal^[5]. São nacos

[5] Não é objetivo desse artigo aprofundar essa questão, porém é importante a referência a Dardot e Laval (2016) que definem o sujeito "empreendedor de si", esmiuçando a racionalidade (neo)liberal e suas implicações em nossa formação social.

discursivos que se repetem, “corpo de traços que formam memória” (Pêcheux, 2011b, p. 145-147). Além disso, a redução de investimentos em saúde nos últimos somada ao teto de gastos limitado pela PEC 95 de 2019, que cortou o número de leitos em todo o país, é apagada destas discursividades. Deste modo, o desmatelamento de políticas de proteção social, incluído aí o financiamento do sistema público de saúde, é invisibilizado por esta rede de enunciados.

Em paralelo ao que vai sendo enunciado pelo apresentador do telejornal, a câmera, numa espécie de olho que flagra, também é, ou faz parte do gesto à medida que constrói uma imagem para aquilo que vai sendo dito. Ela captura um espaço específico da cidade, um corredor comercial central, pelo qual transitam muitas pessoas, mas não quaisquer pessoas. São trabalhadores, comerciantes, ambulantes, sem-casa...

A câmera institui um regime de visualização para aquilo que “se passa” no urbano, ou seja, delimita a própria cena urbana pelo enquadramento, ângulo, plano e perspectiva convocados na significação de aglomeração que resulta de um recorte^[6] do espaço e do sujeito na cidade, como no recorte mostrado abaixo. Assim, a câmera opera na formulação de discursos, na produção de evidência ao fabricar uma imagem. Que evidência se constitui aí neste gesto de interpretação?

Tomando essa série de dizeres (inclusive os dizeres da câmera), se desenha no fio do discurso na ligação com a memória discursiva uma linha que relaciona essas pessoas – as faladas pelo discurso jornalístico – de modo universalizado à aglomeração urbana de maneira a “responsabilizá-las”. Um efeito de sentido aí se produz em detrimento de tantos outros possíveis.

Nesse processo de significação, são muitos os apagamentos produzidos pelo gesto de interpretação que o sustenta. Apaga-se, por exemplo, que a rua 13 de maio abriga um grande calçadão, sendo a principal via de acesso ao terminal central de ônibus de Campinas; que há, nesta região, horários de pico de deslocamento em massa; que muitas das pessoas mostradas poderiam estar de passagem se dirigindo ao trabalho para o qual foram convocadas a voltar, ou não tiveram a opção de parar, indo ao médico, a outro lugar; que poderiam ser trabalhadores que acabaram de sair de um ônibus lotado e, portanto, mais expostos às consequências da reabertura do comércio, em condições severas de uma aglomeração imposta. Ou ainda, que poderiam ser pessoas para quais o distanciamento social não é uma possibilidade, ou é mesmo interdito, neste caso, não fazendo sentido.

Além disso, a referida reportagem não questiona a decisão de reabertura, nem suas consequências mais complexas.

Ao contrário, no gesto de interpretação instala-se o efeito do imaginário social. E, neste caso, é importante frisar que a interpretação é um “gesto” que se constitui sempre em algum lugar da história e da sociedade apontando para uma direção “que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição”. (Orlandi, 1996, p. 22).

5. Gesto de interpretação em circulação

O modo como a reportagem foi postada na página do *facebook* do telejornal e os comentários sobre ela igualmente resultam de gestos de interpretação a começar pela foto da postagem. Abrindo um parêntese importante, sobre o postar, Dias (2018), ao discutir a maneira pela qual o digital se constitui e funciona, analisa que “o postar tornou-se parte da escritura cotidiana” (p. 158) e está ligada à circulação uma vez que uma postagem é fabricada para circular, para ser comentada, para ser replicada, para viralizar. Para a autora, se, por um lado, a eficácia da tecnologia se mede pela circulação de um *post*, por outro, a viralização não é garantia de historização do sentido, pois o “excesso do dito” pode conduzir ao “retorno do mesmo”, impedindo a inscrição do sentido na história. Com isso, a autora salienta que a materialidade digital é dispersa e sujeita à desorganização de uma certa linearização imaginária dos dizeres. Comentários, links e compartilhamentos podem provocar a desorganização do fio do discurso, culminando na instalação de conflitos. Conflitos entre gestos de interpretação, entre um sentido e outro(s).

Em relação, especificamente, ao *facebook*, Dias (2018) explica que uma característica de seu funcionamento se assenta em uma escritura de fragmentos, “da efemeridade daquilo que constitui o sujeito e seus sentidos” (Dias, 2018, p. 166) em face do real que escapa às tentativas de fixá-lo. E como a mídia jornalística televisiva transita por este espaço, lida com esta escrita?

Observar como as mídias tradicionais, que migraram para as redes sociais tais como o *facebook*, ocupam o espaço digital torna possível delinear como os fragmentos de um acontecimento histórico são tomados em sua escritura, na escritura da notícia que, para Indursky (2017), trabalha na cristalização de uma interpretação diante desse acontecimento. E, ainda, como gestos de interpretação outros podem derivar do discurso jornalístico, serem mobilizados por ele, ou se confrontarem com ele, tendo em vista comentários e compartilhamentos, isto é, um modo de circulação de discursos específica das redes sociais.

No caso da reportagem sobre a reabertura do comércio de Campinas, até a data de coleta dos recortes abaixo, ela tinha

[6] Em outro trabalho “Imagens na cidade e a espacialização dos sentidos no urbano”, especificamente em relação à noção de recorte, proponho compreender a imagem como recorte, a partir do modo como Orlandi (1984) define este último naquilo que está concernido na seguinte formulação: “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Minha compreensão move-se pela inclinação à deriva: A imagem é recorte. A imagem é unidade discursiva. A imagem é fragmento correlacionado de linguagem-e-situação. Associando a imagem ao recorte, penso no modo como a imagem se constitui enquanto recorte à medida que pode se configurar como fragmento de uma dada situação discursiva. Também busco questionar que recortes são produzidos de cidade, de urbano, pela imagem. Recorte, neste caso, entendido como resultado de um gesto de interpretação, por exemplo, pela fotografia, cujo fotógrafo, em um gesto de interpretação, recorta um momento, produz um “flagrante” do espaço urbano.

sido compartilhada 30 vezes, tendo 88 comentários e 197 manifestação de “curtidas” (incluindo todos os *emojis*). Suscetível à ordem do digital, como então os fragmentos de um acontecimento histórico latentes em uma notícia se relacionam com outros fragmentos na dispersão da rede?

Colocando em relevo a formulação do *post*, no recorte abaixo, é possível dar foco à maneira como uma imagem da cidade é recortada e ganha centralidade na postagem em relação ao que é dito sobre a reabertura do comércio de rua, bem como trabalha na determinação dos sentidos.



Figura 1

Print de post do *facebook* referente à reportagem realizada por telejornal

Se, no vídeo que foi exibido na tevê pelo telejornal, é possível acompanhar o movimento da câmera e reconhecer alguns lugares da cidade, ver os entrevistados e ouvir entrevistas além do jornalista, no caso da imagem fixa acima, se constrói, pelo ângulo e perspectiva, uma única fotografia de um corpo social espremido em seu percurso.

Do que é dito na postagem, realço as seguintes seqüências discursivas: “corredor comercial da Rua 13 de Maio”, “grande quantidade de pessoas”, “movimento intenso, filas e aglomerações”. Esse modo de dizer e de mostrar faz parte de um processo de significação que desencadeia a atribuição de sentidos não só à flexibilização da quarentena, à reabertura do comércio, como também engatilha outras significações.

Na foto, a imagem da aglomeração no urbano. No enquadramento, sujeitos citadinos estampam o discurso da aglomeração e suas consequências.

Considerando a leitura, apresentada mais acima, de seqüências discursivas significativas do discurso jornalístico,

configura-se assim, no *facebook*, uma espécie de síntese da reportagem, síntese desse mesmo discurso. Ou seja, há um processo de condensação discursiva operada pelo fracionamento da notícia em uma postagem, no qual a escritura de fragmentos então mais fracionada ainda dá a ver ao mesmo tempo a repetição do discurso da notícia e o adensamento daquilo que “deve ser ressaltado” em sua circularidade. Em um clique, pode-se ir até a reportagem, linkada ao *post*, que fica disponível na página da emissora. Mas, o importante a salientar aqui é este modo de formular uma escritura fabricada para circular na rede digital que configura, também, um gesto de interpretação.

Na direção do que reflete Dias (2018, p. 170), “o digital produz um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação das práticas políticas e discursivas” que não devem ser tomadas como sendo da ordem da banalidade. Buscar compreender a complexidade dessa relação exige problematizar suas formas e modos de significação na ligação com o político, com a ideologia e a com memória. A produção de gestos de interpretação no *facebook* é parte dessa relação.

Em sua circulação na rede social, a reportagem (em forma de *post* ou não) mobiliza outros gestos de interpretação, como se pode observar nos comentários recortados abaixo:

Dentre os 88 comentários, foram selecionados os 28



tempo de abertura fecha aberto pra pessoa aglomerar...

Curtir · Responder · 10 semanas

3

Não essencial e uma mentira porque qualquer serviço que as pessoas tiram os seu pai de cada dia é essencial sim, as pessoas tem acordar porque não é o comércio que tá fazendo o vírus se multiplicarem que hipocrisia desses políticos corruptos meu quantas pessoas estão passando fome despejada esses políticos corruptos não estão nem aí pro povo e porque não liberar logo o kit de prevenção quem quiser tomar tomar, quem não quiser não tomar

Curtir · Responder · 10 semanas

Sabe o que é mais engraçado? Vivem reclamando que não tem dinheiro mais as lojas abrem correm gastar! Acho que o auxílio emergencial caiu em mãos erradas!

Curtir · Responder · 10 semanas

9

2 respostas

Infelizmente as pessoas não sabem sair por necessidades, fico 4 semanas sem comprar nada agora abriu tem que comprar

Curtir · Responder · 10 semanas

5

13 respostas

Esses políticos corruptos fazer tudo premeditado acorda povo porque que eles abrem o comércio só 4 horas por dia sendo que se fosse 8 horas diminuiria a aglomerações

Curtir · Responder · 10 semanas

Não está adiantando fechar tudo, só o que está causando é desemprego e pessoas perdendo o que tanto sonhou em conquistar, esse negócio de abrir e fechar não adiantou nada infelizmente o povo sai de casa mesma sem ter o que comprar, estão cansada de ficar tr... Ver mais

Curtir · Responder · 10 semanas

2 respostas

Parece proposital. Abre 4 horas e quando fecha o shopping abre 4 horas. A aglomeração é proposital

Curtir · Responder · 10 semanas

4

O vírus já está no ar... salve se quem puder. Povinho adora bater perna.

Curtir · Responder · 10 semanas

Oie 35 dias? Estamos é desde março lascados kkkk Uma vergonha até Sp que é mais comércio e gente há organização, regras e permaneceu aberta, aqui vai essa patifaria se brincar até fim de ano, quero ver até quando iremos aguentar!

Curtir · Responder · 10 semanas · Editado

Viva o Covid 19, depois reclamam que não tem leite!!!!

Curtir · Responder · 10 semanas

1

Desculpa, mas conheço gente q tá aqui criticando o pessoal na 13 de maio mas tá em festinha cheia de aglomeração... Hipocrisia q fala!!! So observo... Ver mais

Curtir · Responder · 10 semanas · Editado

Mais uma vez ñ dá pra entender. Se ñ é para o povo ir pra rua pra comprar ou pagar uma conta ou resolver algo. ENTÃO PQ ABRIRAMNNMM ?? Cada um sabe se si. Tem que se cuidar sim, mas se for pra ficar julgando as pessoas, não abram. Tem tanta gente fal... Ver mais

Curtir · Responder · 10 semanas

1

Vida que segue, repórter pode ir para as ruas trabalhar os outros não né? O vírus já estava circulando no Brasil e mesmo assim permitiram que o carnaval acontecesse, isso pq gera muito dinheiro, bando de hipócritas!

Acho que que não deveria ter aberto, vai fecha de novo tem que sair tudo de uma vez

Curtir · Responder · 10 semanas

Sério que vcs apagaram meu comentário Globo lixo?

Curtir · Responder · 10 semanas

As lojas tbm tem que pôr limite pra não dar aglomeração nas lojas p entrar

Curtir · Responder · 10 semanas

Tinha também uns 50 jornalistas ajudando a aumentar a aglomeração!

Curtir · Responder · 10 semanas

4

Superfã
Vão gastar os 600,00

Curtir · Responder · 10 semanas

Estende o horário

Curtir · Responder · 10 semanas

Você acha meu bem eu tenho a certeza caiu em mãos erradas totalmente

Curtir · Responder · 10 semanas

Nossa pensa que não fecha de novo

Curtir · Responder · 10 semanas

Acorda gente, isso é tudo armação

Curtir · Responder · 10 semanas

Superfã
lamentável

Abre o dia todo aí vai quem quiser

Curtir · Responder · 10 semanas

olha o estado

Curtir · Responder · 10 semanas

1

De vdd n é certo abrir vai fazer igual a primeira vez

Curtir · Responder · 10 semanas

Há esse povo na 13 ... Falou ele que fez caminhada de manhã na lagoa desviando dos outros corredores, passou no supermercado lotado para comprar sua cerveja puro malte, deu um pulo no açougue gourmet para comprar aquela picanha pro churrasco com os amigos no condomínio mais tarde e de quebra foi lá na loja de material de construção que parece um shopping lotado pra comprar um vaso e um tapetinho novo pra receber os amigos !!! Gente hipócrita do caralho. Tomar os devidos cuidados se proteger e voltar com restrições a vida !!! O vírus é muito perigoso mas essa sociedade imbecil talvez seja mais letal !!!

Curtir · Responder · 10 semanas

5

2 respostas

4 horas apenas ??? E não quer aglomeração no centro??? Outra coisa porque as lojas do Ching estão todas abertas na fase vermelha??? Outra coisa, porque todos os segmentos não poderiam adotar normas de segurança e voltar a funcionar??? (academias, bar... Ver mais

Curtir · Responder · 10 semanas

1

1 resposta

primeiros, pois eles constituem o conjunto de regularidades observadas nos outros, que, discursivamente, não são mensurados em sua linearidade, mas compreendidos como recortes de uma situação discursiva materializados em uma escritura de fragmentos produzida desta vez pelo sujeito que comenta a postagem do telejornal. Com estes recortes, coloca-se em tensão aquilo que é significado no discurso de um e outro.

A partir deles, é possível observar que, por um lado, os gestos de interpretação produzidos nos e pelos comentários vão, em boa medida, na direção dos gestos de interpretação produzidos pelo telejornal, ao significarem aglomeração pela “falta consciência da população”, porque “as pessoas fazem turismo na 13”, porque “as pessoas não sabem sair por necessidades”, além de acrescentarem que “o povo ainda não acredita na doença”. É como se neste processo de significação aquilo que ficou elidido, embora suscitado, no discurso jornalístico ganhasse uma direção mais específica, sendo que se repete a evocação de uma certa responsabilização das “pessoas” faladas, ou seja, aí concernidas genericamente (população, povo). Mas, este processo não para aí, ele se desdobra.

Ocorrem derivas neste efeito de responsabilização à medida que comparece a projeção imaginária de um “culpado” ao especificar que “pessoas” seriam essas em comentários sustentados em formulações tais como: “o auxílio emergencial caiu em mãos erradas”, “vão gastar os 600”, “Tinha também uns 50 jornalistas ajudando a aumentar a aglomeração”, “esses políticos corruptos fazem tudo premeditado acorda povo porque que eles abrem só 4 horas por dia sendo que se fosse 8 horas diminuiria a aglomeração”.

Em paralelo, projeta-se, também imaginariamente, um porquê constituído da difusão de discursos. Operando com paráfrases, é possível parafrasear que: a aglomeração acontece porque as lojas não impõem limite, porque o comércio não abre o dia todo, porque o comércio abriu, por culpa do prefeito que não autoriza a abertura normal e não aumenta a quantidade de ônibus. Além de ecos conspiratórios se instalarem em: “Acorda gente, tudo isso é armação”, “a aglomeração é proposital”.

Se o discurso jornalístico no *facebook* se enuncia na síntese, os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos dos comentários se formulam na expansão desta síntese. Há derivas em outras direções.

Em linhas gerais, nos comentários formulam-se gestos de interpretação que reproduzem de maneira seme-

Entretanto, o distanciamento social vem à tona pelo não-sentido que, mesmo à margem, está presente (no não-dito) nas bordas dos gestos de interpretação observados

lhante o discurso da reportagem, mesmo que ela nem tenha sido assistida, ou seja, um discurso com traços de filiação a uma mesma região de sentidos da memória. No entanto, eles não se esgotam na reprodução, que não corresponde a uma repetição do mesmo, principalmente, porque a “repetição propriamente dita é o retorno do mesmo sob uma diferença, não a simples repetição do idêntico” (Henry, 1992), pondo em movimento outras regiões da memória, outras discursividades.

Em outra direção, dizeres em deriva projetam a imagem do sujeito da aglomeração. Se no primeiro gesto a referência era a “pessoas” no urbano, a projeção imaginária que resulta dos comentários tem como referência o amparado pelo auxílio emergencial, o comerciante, o prefeito, o estado. Ou seja, a “referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos do interdiscurso” (Pêcheux, 2011c, p. 58) somadas à formação discursiva, na qual se instala a referência ao econômico: “estamos é desde março lascados”, “não está adiantando fechar tudo, só o que está causando e desemprego e pessoas perdendo o que tanto sonhou em conquistar”, “o comércio precisa abrir todo dia”...

Esses gestos de interpretação preenchem aglomeração de sentidos saturando-os e suturando-os. E nesse movimento de dar corpo aos “responsáveis”, à aglomeração, no jogo de forças com os ecos de um discurso a favor da reabertura, o que fica invisibilizado, silenciado, no não-sentido é o distanciamento social como política, como medida de contenção da covid-19 e sua real possibilidade de se afirmar no âmbito do direito à saúde, a favor da vida. É preciso ainda considerar que há desde o início da pandemia práticas discursivas engendradas pelo próprio presidente brasileiro *minando* a política do distanciamento. O que pode provocar desdobramentos ainda mais acirrados no processo de significar a pandemia e seus efeitos na identificação de sujeitos com essas práticas.

Dito de outro modo, o distanciamento social como contraponto da aglomeração fica soterrado pelo sem-sentido nas discursividades explicitadas. Não há relação nem ao menos de antonímia entre um e outro. *O distanciamento social é posto em silêncio*. Está na margem da significação como se não fizesse sentido nenhum diante da simbolização de aglomeração quando remetida à reabertura do comércio. O mesmo acontece quando se invisibiliza que há sujeitos (e quem são eles) impelidos à aglomeração.

Entretanto, o distanciamento social vem à tona pelo não-sentido que, mesmo à margem, está presente (no não-dito) nas bordas dos gestos de interpretação observados.

6. Notas em aberto

Na Análise de Discurso trabalha-se buscando compreender o modo como se constituem os sentidos e os sujeitos na e pela linguagem, partindo do princípio de que a “linguagem é tecido da memória, isto é, sua modalidade de existência essencial” (Courtine, 1994, p. 10, tradução minha), que se

situa no interior de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Indissociavelmente na linguagem opera o político em sua forma simbolizada.

Por esse dispositivo teórico, pratica-se um procedimento de análise baseado na leitura. Ou, em outras palavras, pode-se dizer que a Análise de Discurso se configura como um dispositivo de leitura guiado por uma escuta discursiva social. Ou seja, não se trata de pensar a leitura como decodificadora nem, como dito antes, a interpretação como um procedimento de buscar no texto o que o autor quis dizer.

Nesta perspectiva, a prática de leitura acontece quando se busca compreender como uma interpretação é produzida, como a interpretação se constitui como um gesto no nível do simbólico. Cabe à análise, portanto, ao analista, ao se pôr em escuta, interrogar as interpretações, colocá-las em suspenso à medida que se reconhece que toda interpretação deriva de um processo de significação que é regido pelas condições sociais e históricas de produção, afetado pela relação com a exterioridade. Considera-se ainda que as interpretações podem ser administradas por instituições em suas relações de força e poder.

“As interpretações produzem fatos. Quanto mais se falam em fatos, mas eles se desvanecem na volatilização das interpretações”, afirma Orlandi (2020)^[7] ao tensionar processos de significação em torno do acontecimento discursivo da pandemia que, segundo a autora, tem dominado as discursividades de nossa atualidade. Com isso, a autora acentua que a interpretação é sujeita a uma variação que não se controla.

Ainda, de acordo com a autora, estamos vivendo na

intensidade do que ela tem chamado de a propriedade discursiva dessa conjuntura, na qual se tem deflagrado uma série de versões para a história: a volatilidade da interpretação. Para ela, falar dessa propriedade nas condições atuais é referir-se à diluição do real, pela força do imaginário e evanescência dos fatos. Certamente, ainda veremos os efeitos dessa volatilidade afetar outros sentidos da vida em sociedade na pandemia ou no pós-pandemia.

A demanda tanto pela distinção quanto pela reflexão sobre o não-sentido e o sem-sentido se inscreve nesses processos de significação, tendo em vista que os gestos de interpretação aqui colocados em confronto visibilizam tanto a volatilidade quanto a potência do *non-sens*. Na direção apontada por Pêcheux (1988, p. 300, grifos do autor), “o sentido’ é produzido no ‘non-sens’ que nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pelas evidências subjetivas, pois “não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar”. Além disso, o autor ressalta que a possibilidade de nos despedirmos do sentido que reproduz o discurso da dominação consiste na irrupção do irrealizado que advém formando sentido do interior do sem-sentido. (Pêcheux, 1990, p. 17).

Se então pensarmos que a sociedade não é inerte e que a interpretação deriva de seu movimento na história, sua volatilidade é uma brecha para fazer irromper o irrealizado, para instaurar sentidos para o não-sentido no devir da historicização. Ou, nas palavras de Barros (2010), pode ser ruína de palavras que assim como o lírio podem nascer de um monturo.

[7] Apresentação “Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia” realizada em 18 de maio de 2020, na Abralin Ao Vivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg>. Último acesso em 25 de outubro de 2020.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. 2010. *Poesia completa*. São Paulo, Leya. 480 p.
- COURTINE, J.-J. 1994. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langage*, **28**(114):5-12. <https://doi.org/10.3406/lgge.1994.1673>
- DARDOT, P.; LAVAL, C. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Editora Boitempo, 402 p.
- DIAS, C. P. 2018. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, Pontes, 202 p.
- HENRY, P. 1992. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 173 p.
- INDURSKY, F. 2017. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes mídias. In: G. B. FLORES; S. M. L. et al (orgs.), *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. p. 18-36.
- ORLANDI, E. P. 1984. Segmentar ou Recortar? *Linguística: questões e controvérsias*, **44**(10):09-26.
- ORLANDI, E. P. 1989. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia). In: E. GUIMARÃES (org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, p. 39-46.
- ORLANDI, E. P. 1996. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, Vozes, 156 p.
- ORLANDI, E. P. 1998. Do não-sentido e do sem-sentido. In: L. C. U. J. FILHO (org.), *Silêncio e Luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 57-66.
- ORLANDI, E. P. 1999. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 100 p.
- ORLANDI, E. P. 2001a. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: E. P. ORLANDI (org.), *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, Pontes, p. 09-24.
- ORLANDI, E. P. 2001b. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, 218 p.
- ORLANDI, E. P. 2004. *Cidade dos sentidos*. Campinas, Pontes, 159 p.
- ORLANDI, E. P. 2012. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, Pontes, 239p.
- PÊCHEUX, M. 2002 [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ª ed., Trad. Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 68p.
- PÊCHEUX, M. 1988. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al.. Campinas, Editora da Unicamp, 317p.
- PÊCHEUX, M. 1990. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*. **volume**(19):07-24.
- PÊCHEUX, M.; HERBERT, T. 2011a [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: E. P. ORLANDI (org.), *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas, Pontes, p. 21-54.
- PÊCHEUX, M. 2011b. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: E. P. ORLANDI (org.), *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas, Pontes, p. 141-150.
- PÊCHEUX, M. 2011c. Metáfora e Interdiscurso. In: E. P. ORLANDI (org.), *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas, Pontes, p. 151-162.
- PFEIFFER, C. 2018. Instauração de um lugar de pesquisa, de uma posição pesquisadora – tributo a Eni Orlandi. *Traços de Linguagem*. **2**(1):29-35. <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2018v2n1id2788>